

O Céu e o inferno



Allan Kardec

PARTE I – Doutrina
CAPÍTULO XI – Da proibição de evocar os mortos

Índice

Assunto	Origem	Pagina
1. Da proibição de evocar os mortos	O Céu e o inferno	03
Revue Spirite de 1863	O Consolador	08

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo XI)

Parte I – Doutrina

Capítulo XI – Da proibição de evocar os mortos

I – Da proibição de evocar os mortos

1. A Igreja de modo algum nega a realidade das manifestações. Ao contrário, como vimos nas citações precedentes, admite-as totalmente, atribuindo-as à exclusiva intervenção dos demônios. É debalde invocar os Evangelhos como fazem alguns para justificar a sua interdição, visto que os Evangelhos nada dizem a esse respeito. O supremo argumento que prevalece é a proibição de Moisés. A seguir damos os termos nos quais se refere ao assunto a mesma pastoral que citamos nos capítulos precedentes:

“Não é permitido entreter relações com eles (os Espíritos), seja imediatamente, seja por intermédio dos que os evocam e interrogam. A lei moisaica punia os gentios. Não procureis os mágicos, diz o Levítico, nem procureis saber coisa alguma dos adivinhos, de maneira a vos contaminardes por meio deles. (19:31.) Morra de morte o homem ou a mulher em quem houver Espírito pitônico; sejam apedrejados e sobre eles recaia seu sangue. (20:27.) O Deuteronômio diz: Nunca exista entre vós quem consulte adivinhos, quem observe sonhos e agouros, quem use de malefícios, sortilégios, encantamentos, ou consultem os que têm o Espírito pitônico e se dão a práticas de adivinhação interrogando os mortos. O Senhor abomina todas essas coisas e destruirá, a vossa entrada, as nações que cometem tais crimes.” (18:10 a 12.)

2. É útil, para melhor compreensão do verdadeiro sentido das palavras de Moisés, reproduzir por completo o texto um tanto abreviado na citação antecedente. Ei-lo:

“Não vos desvieis do vosso Deus para procurar mágicos; não consulteis os adivinhos, e receai que vos contamineis dirigindo-vos a eles. Eu sou o Senhor vosso Deus.” (Levítico, 19:31.) “O homem ou a mulher que tiver Espírito pitônico, ou de adivinho, morra de morte. Serão apedrejados, e o seu sangue cairá sobre eles.” (Idem, 20:27.) Quando houverdes entrado na terra que o Senhor vosso Deus vos há de dar, guardai-vos; tomai cuidado em não imitar as abominações de tais povos; — e entre vós ninguém haja que pretenda purificar filho ou filha passando-os pelo fogo; que use de malefícios, sortilégios e encantamentos; que consulte os que têm o Espírito de Píton e se propõem adivinhar, interrogando os mortos para saber a verdade. O Senhor abomina todas essas coisas e exterminará todos esses povos, a vossa entrada, por causa dos crimes que têm cometido.” (Deuteronômio, 18:9 a 12.)

3. Se a lei de Moisés deve ser tão rigorosamente observada neste ponto, força é que o seja igualmente em todos os outros. Por que seria ela boa no tocante às evocações e má em outras de suas partes? É preciso ser consequente. Desde que se reconhece que a lei moisaica não está mais de acordo com a nossa época e costumes em dados casos, a mesma razão procede para a proibição de que tratamos.

Demais, é preciso expender os motivos que justificavam essa proibição e que hoje se anularam completamente. O legislador hebreu queria que o seu povo abandonasse todos os costumes adquiridos no Egito, onde as evocações estavam em uso e facilitavam abusos, como se infere destas palavras de Isaías: “O Espírito do Egito se aniquilará de si mesmo e eu precipitarei seu conselho; eles consultarão seus ídolos, seus adivinhos, seus pítons e seus mágicos.” (19:3.)

Os israelitas não deviam contratar alianças com as nações estrangeiras, e sabido era que naquelas nações que iam combater encontrariam as mesmas práticas. Moisés devia pois, por política, inspirar aos hebreus aversão a todos os costumes que pudessem ter semelhanças e pontos de contacto com o inimigo. Para justificar essa aversão, preciso era que apresentasse tais práticas como reprovadas pelo próprio Deus, e daí estas palavras: — “O Senhor abomina todas essas coisas e destruirá, à vossa chegada, as nações que cometem tais crimes.”

4. A proibição de Moisés era assaz justa, porque a evocação dos mortos não se originava nos sentimentos de respeito, afeição ou piedade para com eles, sendo antes um recurso para

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo XI)

adivinhações, tal como nos augúrios e presságios explorados pelo charlatanismo e pela superstição. Essas práticas, ao que parece, também eram objeto de negócio, e Moisés, por mais que fizesse, não conseguiu desentranhá-las dos costumes populares.

As seguintes palavras do profeta justificam o asserto: — “Quando vos disserem: Consultai os mágicos e adivinhos que balbuciam encantamentos, respondei: — Não consulta cada povo ao seu Deus? E aos mortos se fala do que compete aos vivos?” (Isaías, 8:19.) “Sou eu quem aponta a falsidade dos prodígios mágicos; quem enlouquece os que se propõem adivinhar, quem transtorna o espírito dos sábios e confunde a sua ciência vã.” (44:25.)

“Que esses adivinhos, que estudam o céu, contemplam os astros e contam os meses para fazer predições, dizendo revelar-vos o futuro, venham agora salvar-vos. — Eles tornaram-se como a palha, e o fogo os devorou; não poderão livrar suas almas do fogo ardente; não restarão das chamas que despedirem, nem carvões que possam aquecer, nem fogo ao qual se possam sentar. — Eis ao que ficarão reduzidas todas essas coisas das quais vos tendes ocupado com tanto afínco: os traficantes que convosco traficam desde a infância foram-se, cada qual para seu lado, sem que um só deles se encontre que vos tire os vossos males.” (47:13 a 15.)

Neste capítulo Isaías dirige-se aos babilônios sob a figura alegórica “da virgem filha de Babilônia, filha de caldeus”. (v. 1.) Diz ele que os adivinhos não impedirão a ruína da monarquia. No seguinte capítulo dirige-se diretamente aos israelitas.

“Vinde aqui vós outros, filhos de uma agoureira, raça dum homem adúltero e de uma mulher prostituída. — De quem vos rides vós? Contra quem abristes a boca e mostrastes ferinas línguas? Não sois vós filhos perversos de bastarda raça — vós que procurais conforto em vossos deuses debaixo de todas as, frentes, sacrificando-lhes os tenros filhinhos nas torrentes, sob os rochedos sobranceiros? Depositastes a vossa confiança nas pedras da torrente, espalhastes e bebestes licores em sua honra, oferecestes sacrifícios. Depois disso como não se acender a minha indignação?” (57:3 a 6.)

Estas palavras são inequívocas e provam claramente que nesse tempo as evocações tinham por fim a adivinhação, ao mesmo tempo que constituíam comércio, associadas às práticas da magia e do sortilégio, acompanhadas até de sacrifícios humanos. Moisés tinha razão, portanto, proibindo tais coisas e afirmando que Deus as abominava.

Essas práticas supersticiosas perpetuaram-se até a Idade Média, mas hoje a razão predomina, ao mesmo tempo que o Espiritismo veio mostrar o fim exclusivamente moral, consolador e religioso das relações de além-túmulo.

Uma vez, porém, que os espíritas não sacrificam criancinhas nem fazem libações para honrar deuses; uma vez que não interrogam astros, mortos e áugures para adivinhar a verdade sabiamente velada aos homens; uma vez que repudiam traficar com a faculdade de comunicar com os Espíritos; uma vez que os não move a curiosidade nem a cupidez, mas um sentimento de piedade, um desejo de instruir-se e melhorar-se, aliviando as almas sofredoras; uma vez que assim é, porque o é — a proibição de Moisés não lhes pode ser extensiva.

Se os que clamam injustamente contra os espíritas se aprofundassem mais no sentido das palavras bíblicas, reconheceriam que nada existe de análogo, nos princípios do Espiritismo, com o que se passava entre os hebreus. A verdade é que o Espiritismo condena tudo que motivou a interdição de Moisés; mas os seus adversários, no afã de encontrar argumentos com que rebatem as novas idéias, nem se apercebem que tais argumentos são negativos, por serem completamente falsos.

A lei civil contemporânea pune todos os abusos que Moisés tinha em vista reprimir.

Contudo, se ele pronunciou a pena última contra os delinquentes, é porque lhe faleciam meios brandos para governar um povo tão indisciplinado. Esta pena, ao demais, era muito prodigalizada na legislação moisaica, pois não havia muito onde escolher nos meios de repressão. Sem prisões nem casas de correção no deserto, Moisés não podia graduar a penalidade como se faz em nossos dias, além de que o seu povo não era de natureza a atemorizar-se com penas puramente disciplinares. Carecem portanto de razão os que se apoiam na severidade do castigo para provar o grau de culpabilidade da evocação dos mortos. Conviria, por consideração à lei de Moisés, manter a pena capital em todos os casos nos quais ele a prescrevia? Por que, então, reviver com

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo XI)

tanta insistência este artigo, silenciando ao mesmo tempo o princípio do capítulo que proíbe aos sacerdotes a posse de bens terrenos e partilhar de qualquer herança, porque o Senhor é a sua própria herança? (Deuteronomio, 28:1 e 2.)

5. Há duas partes distintas na lei de Moisés: a lei de Deus propriamente dita, promulgada sobre o Sinai, e a lei civil ou disciplinar, apropriada aos costumes e caráter do povo. Uma dessas leis é invariável, ao passo que a outra se modifica com o tempo, e a ninguém ocorre que possamos ser governados pelos mesmos meios por que o eram os judeus no deserto e tampouco que os capitulares de Carlos Magno se moldem à França do século XIX. Quem pensaria hoje, por exemplo, em reviver este artigo da lei moisaica: “Se um boi escornar um homem ou mulher, que disso morram, seja o boi apedrejado e ninguém coma de sua carne; mas o dono do boi será julgado inocente”? (Êxodo, 21:28 e seguintes.)

Este artigo, que nos parece tão absurdo, não tinha, no entanto, outro objetivo que o de punir o boi e inocentar o dono, equivalendo simplesmente à confiscação do animal, causa do acidente, para obrigar o proprietário a maior vigilância. A perda do boi era a punição que devia ser bem sensível para um povo de pastores, a ponto de dispensar outra qualquer; entretanto, essa perda a ninguém aproveitava, por ser proibido comer a carne. Outros artigos prescrevem o caso em que o proprietário é responsável.

Tudo tinha sua razão de ser na legislação de Moisés, uma vez que tudo ela prevê em seus mínimos detalhes, mas a forma, bem como o fundo, adaptavam-se às circunstâncias ocasionais. Se Moisés voltasse em nossos dias para legislar sobre uma nação civilizada, decerto não lhe daria um código igual ao dos hebreus.

6. A esta objeção opõem a afirmativa de que todas as leis de Moisés foram ditadas em nome de Deus, assim como as do Sinai. Mas julgando-as todas de fonte divina, por que ao decálogo limitam os mandamentos? Qual a razão de ser da diferença? Pois não é certo que se todas essas leis emanam de Deus devem todas ser igualmente obrigatórias? E por que não conservaram a circuncisão, à qual Jesus se submeteu e não aboliu? Ah! Esquecem que, para dar autoridade às suas leis, todos os legisladores antigos lhes atribuíam uma origem divina. Pois bem: Moisés, mais que nenhum outro, tinha necessidade desse recurso, atento o caráter do seu povo; e se, a despeito disso, ele teve dificuldade em se fazer obedecer, que não sucederia se as leis fossem promulgadas em seu próprio nome!

Não veio Jesus modificar a lei moisaica, fazendo da sua lei o código dos cristãos?

Não disse ele: — “Vós sabeis o que foi dito aos antigos, tal e tal coisa, e eu vos digo tal outra coisa?” Entretanto Jesus não proscreeu, antes sancionou a lei do Sinai, da qual toda a sua doutrina moral é um desdobramento. Ora, Jesus nunca aludiu em parte alguma à proibição de evocar os mortos, quando este era um assunto bastante grave para ser omitido nas suas prédicas, mormente tendo ele tratado de outros assuntos secundários.

7. Finalmente convém saber se a Igreja coloca a lei moisaica acima da evangélica, ou por outra, se é mais judia que cristã. Convém também notar que, de todas as religiões, precisamente a judia é que faz menos oposição ao Espiritismo, porquanto não invoca a lei de Moisés contrária às relações com os mortos, como fazem as seitas cristãs.

8. Mas temos ainda outra contradição: — Se Moisés proibiu evocar os mortos, é que estes podiam vir, pois do contrário inútil fora a proibição. Ora, se os mortos podiam vir naqueles tempos, também o podem hoje; e se são Espíritos de mortos os que vêm, não são exclusivamente demônios. Demais, Moisés de modo algum fala nesses últimos.

É duplo, portanto, o motivo pelo qual não se pode aceitar logicamente a autoridade de Moisés na espécie, a saber: — primeiro, porque a sua lei não rege o Cristianismo; e, segundo, porque é imprópria aos costumes da nossa época. Mas, suponhamos que essa lei tem a plenitude da autoridade por alguns, outorgada, e ainda assim ela não poderá, como vimos, aplicar-se ao

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo XI)

Espiritismo. É verdade que a proibição de Moisés abrange a interrogação dos mortos, porém de modo secundário, como acessória às práticas da feitiçaria.

O próprio vocábulo interrogação, junto aos de adivinho e agoureiro, prova que entre os hebreus as evocações eram um meio de adivinhar; entretanto, os espíritas só evocam mortos para receber sábios conselhos e obter alívio em favor dos que sofrem, nunca para conseguir revelações ilícitas. Certo, se os hebreus usassem das comunicações como fazem os espíritas, longe de as proibir, Moisés acoroçoá-las-ia, porque o seu povo só teria que lucrar.

9. É certo que alguns críticos jucundos ou mal-intencionados têm descrito as reuniões espíritas como assembleias de nigromantes ou feiticeiros, e os médiuns como astrólogos e ciganos, isto porque talvez quaisquer charlatães tenham afeiçoado tais nomes às suas práticas, que o Espiritismo não pode, aliás, aprovar.

Em compensação, há também muita gente que faz justiça e testemunha o caráter essencialmente moral e grave das reuniões sérias. Além disso, a Doutrina, em livros ao alcance de todo o mundo, protesta bem alto contra os abusos, para que a calúnia recaia sobre quem merece.

10. A evocação, dizem, é uma falta de consideração para com os mortos, cujas cinzas devem ser respeitadas. Mas quem é que diz tal? São os antagonistas de dois campos opostos, isto é, os incrédulos que nas almas não creem, e os crédulos que pretendem que só os demônios, e não as almas, podem vir.

Quando a evocação é feita com recolhimento e religiosamente; quando os Espíritos são chamados, não por curiosidade, mas por um sentimento de afeição e simpatia, com desejo sincero de instrução e progresso, não vemos nada de irreverente em apelar-se para as pessoas mortas, como se fizera com os vivos. Há, contudo, uma outra resposta peremptória a essa objeção, e é que os Espíritos se apresentam espontaneamente, sem constrangimento, muitas vezes mesmo sem que sejam chamados. Eles também dão testemunho da satisfação que experimentam por comunicar-se com os homens, e queixam-se às vezes do esquecimento em que os deixam. Se os Espíritos se perturbassem ou se agastassem com os nossos chamados, certo o diriam e não retornariam; porém, nessas evocações, livres como são, se se manifestam, é porque lhes convém.

11. Ainda uma outra razão é alegada: — As almas permanecem na morada que a justiça divina lhes designa — o que equivale dizer no céu ou no inferno. Assim, as que estão no inferno, de lá não podem sair, posto que para tanto a mais ampla liberdade seja outorgada aos demônios. As do céu, inteiramente entregues à sua beatitude, estão muito superiores aos mortais para deles se ocuparem, e são bastantemente felizes para não voltarem a esta terra de misérias, no interesse de parentes e amigos que aqui deixassem. Então essas almas podem ser comparadas aos nababos que dos pobres desviam a vista com receio de perturbar a digestão? Mas se assim fora essas almas se mostrariam pouco dignas da suprema bem-aventurança, transformando-se em padrão de egoísmo!

Restam ainda as almas do purgatório, porém, estas, sofredoras como devem ser, antes que doutra coisa, devem cuidar da sua salvação. Deste modo, não podendo nem umas nem outras almas corresponder ao nosso apelo, somente o demônio se apresenta em seu lugar.

Então é o caso de dizer: se as almas não podem vir, não há de que recear pela perturbação do seu repouso.

12. Mas aqui reponta uma outra dificuldade. Se as almas bem-aventuradas não podem deixar a mansão gloriosa para socorrer os mortais, por que invoca a Igreja a assistência dos santos que devem fruir ainda maior soma de beatitude? Por que aconselha invocá-los em casos de moléstia, de aflição, de flagelos? Por que razão e segundo essa mesma Igreja os santos e a própria Virgem aparecem aos homens e fazem milagres? Estes deixam o céu para baixar à Terra; entretanto os que estão menos elevados não o podem fazer!

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo XI)

13. Que os cépticos neguem a manifestação das almas, vá, visto que nelas não acreditam; mas o que se torna estranhável é ver encarniçar-se contra os meios de provar a sua existência, esforçando-se por demonstrar a impossibilidade desses meios, aqueles mesmos cujas crenças repousam na existência e no futuro das almas! Parece que seria mais natural acolherem como benefício da Providência os meios de confundir os cépticos com provas irrecusáveis, pois que são os negadores da própria religião. Os que têm interesse na existência da alma deploram constantemente a avalanche da incredulidade que invade, dizimando-o, o rebanho de fiéis: entretanto, quando se lhes apresenta o meio mais poderoso de combatê-la, recusam-no com tanta ou mais obstinação que os próprios incrédulos. Depois, quando as provas avultam de modo a não deixar dúvidas, eis que procuram como recurso de supremo argumento a interdição do assunto, buscando, para justificá-la, um artigo da lei moisaica do qual ninguém cogitara, emprestando-lhe, à força, um sentido e aplicação inexistentes. E tão felizes se julgam com a descoberta, que não percebem que esse artigo é ainda uma justificativa da Doutrina Espírita.

14. Todas as razões alegadas para condenar as relações com os Espíritos não resistem a um exame sério. Pelo ardor com que se combate nesse sentido é fácil deduzir o grande interesse ligado ao assunto. Daí a insistência. Em vendo esta cruzada de todos os cultos contra as manifestações, dir-se-ia que delas se atemorizam.

O verdadeiro motivo poderia bem ser o receio de que os Espíritos muito esclarecidos viessem instruir os homens sobre pontos que se pretende obscurecer, dando-lhes conhecimento, ao mesmo tempo, da certeza de um outro mundo, a par das verdadeiras condições para nele serem felizes ou desgraçados. A razão deve ser a mesma por que se diz à criança: — “Não vá lá, que há lobisomens.” Ao homem dizem: — “Não chameis os Espíritos: — São o diabo.” — Não importa, porém: — impedem os homens de os evocar, mas não poderão impedi-los de vir aos homens para levantar a lâmpada de sob o alqueire.

O culto que estiver com a verdade, absoluta nada terá que temer da luz, pois a luz faz brilhar a verdade e o demônio nada pode contra esta.

15. Repelir as comunicações de além-túmulo é repudiar o meio mais poderoso de instruir-se, já pela iniciação nos conhecimentos da vida futura, já pelos exemplos que tais comunicações nos fornecem. A experiência nos ensina, além disso, o bem que podemos fazer, desviando do mal os Espíritos imperfeitos, ajudando os que sofrem a desprenderem-se da matéria e a se aperfeiçoarem. Interdizer as comunicações é, portanto, privar as almas sofredoras da assistência que lhes podemos e devemos dispensar.

As seguintes palavras de um Espírito resumem admiravelmente as conseqüências da evocação, quando praticada com fim caritativo:

“Todo Espírito sofredor e desolado vos contará a causa da sua queda, os desvarios que o perderam. Esperanças, combates e terrores; remorsos, desesperos e dores, tudo vos dirá, mostrando Deus justamente irritado a punir o culpado com toda a severidade. Ao ouvi-lo, dois sentimentos vos acometerão: o da compaixão e o do temor! compaixão por ele, temor por vós mesmos. E se o seguides nos seus queixumes, vereis então que Deus jamais o perde de vista, esperando o pecador arrependido e estendendo-lhe os braços logo que procure regenerar-se. Do culpado vereis, enfim, os progressos benéficos para os quais tereis a felicidade e a glória de contribuir, com a solicitude e o carinho do cirurgião acompanhando a cicatrização da ferida que pensa diariamente.” (Bordeaux 1861.)

Revue Spirite de 1863 – Allan Kardec

A. A evocação é essencial para que os Espíritos se comuniquem?

Não. É um erro pensar que os Espíritos só vêm se forem evocados, pois – diz Kardec – muitos se apresentam espontaneamente.

(Revue Spirite de 1863, pp. 308 a 310.)

B. Que diz Kardec a respeito da proibição mosaica concernente à evocação dos mortos?

Kardec lembra, a propósito do assunto, que há duas partes distintas na lei mosaica: a lei de Deus, promulgada no Monte Sinai, e a lei civil ou disciplinar, apropriada aos costumes e ao caráter do povo. Jesus modificou de forma profunda a lei civil ditada por Moisés, mas em nenhuma parte do Evangelho fez ele qualquer menção à proibição de evocar os mortos.

(Obra citada, pág. 310 a 313.)

C. A longevidade dos patriarcas é um fato ou uma figura?

A longevidade dos patriarcas – diz Lamennais – é uma figura moral e não uma realidade. Os querubins da Bíblia também tinham seis asas e o Deus dos judeus banhava-se em sangue! Isso mostra que é preciso extrair das Escrituras o ensino puro, não tomando ao pé da letra o que não passa de alegoria.

(Obra citada, pp. 316 e 317.)

Texto para leitura

132. Comentando os dois episódios, Kardec recorda que o Sr. Sanson também se comunicara na câmara mortuária, antes de seu sepultamento, mas que o ato de descer à cova, no caso Costeau, não era condição indispensável ao êxito do contato com o Espírito do falecido. (P. 302)

133. A **Revue** reporta-se à conclusão das obras de um retiro instalado em Cempuis pelo Sr. Prévost, membro da Sociedade de Paris, que dava nova prova de seu desprendimento e de sua dedicação aos mais carentes, concorrendo com parte de sua fortuna para o atendimento aos irmãos necessitados. (PP. 302 a 306)

134. Dois fatos expressivos relatados pela “Patrie” de abril de 1863 e pela “Opinion du Midi” de julho são transcritos pela **Revue**:

I) Um cavalheiro passava por uma rua no momento em que uma família sofria ação de despejo por não pagamento dos aluguéis. Vendo o desespero do marido e o choro da mulher e dos seus dois filhos, o homem aproximou-se e, ciente da quantia devida, deu-lhes o numerário suficiente para quitar a dívida, desaparecendo em seguida.

II) Um violento incêndio consumiu quase inteiramente a loja e as oficinas do Sr. Marteau, marceneiro em Nîmes. Um doador anônimo, condoído pelo sofrimento do marceneiro, enviou-lhe – sem se identificar – três carretas carregadas de madeira de várias qualidades e instrumentos de trabalho. “Fatos como os acima relatados – assevera Kardec – provam que a virtude não está inteiramente banida da Terra, como julgam certos pessimistas.”

(PP. 306 a 308)

135. Ao publicar uma comunicação dada espontaneamente pelo Espírito de François Franckowski, Kardec diz ser um erro pensar que os Espíritos só vêm se forem evocados, pois muitos se apresentam espontaneamente.

(PP. 308 a 310)

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo XI)

136. Alguns membros da Igreja – diz Kardec – apoiam-se na proibição de Moisés para proscrever as comunicações com os Espíritos. Essa proibição e seus desdobramentos são analisados pelo Codificador, que adverte, logo de início, que há duas partes distintas na lei mosaica: a lei de Deus, promulgada no Monte Sinai, e a lei civil ou disciplinar, apropriada aos costumes e ao caráter do povo. Jesus modificou de forma profunda a lei civil ditada por Moisés, mas em nenhuma parte do Evangelho fez ele qualquer menção à proibição de evocar os mortos.

(PP. 310 a 313)

137. Na sequência, a **Revue** transcreve uma mensagem recebida em Bordeaux pela sra. Collignon, na qual Semeão (Espírito) explica por que Moisés proibiu as evocações e enumera alguns exemplos de modificações introduzidas por Jesus nas prescrições mosaicas.

(PP. 313 a 315)

138. Falando sobre os falsos devotos, Delphine de Girardin (Espírito) afirma que os falsos devotos são para a religião o que é, para a sociedade, a mulher falsamente honesta.

(P.315)

139. A longevidade dos patriarcas – ensina Lamennais – é uma figura moral e não uma realidade. Os querubins da Bíblia também tinham seis asas e o Deus dos judeus banhava-se em sangue! Isso mostra que é preciso extrair das Escrituras o ensino puro, não tomando ao pé da letra o que não passa de alegoria.

(PP. 316 e 317)

140. Numa mensagem dada em Thionville, um Espírito Familiar diz que a lei do progresso domina tudo no universo e que é em virtude dessa lei que o homem deve, como tudo quanto existe em nosso globo, percorrer todas as fases que o separam da perfeição. Assim, depende de cada pessoa abreviar a prova que deve sofrer, havendo um meio certo de abrandar uma punição merecida: um sincero arrependimento aliado ao recurso à prece feita com fervor.

(PP. 318 e 319)

141. Examinando o tema panteísmo, Lázaro diz que ele constitui o primeiro passo do paganismo para a lei do amor, revelada e pregada por Jesus. O panteísmo tem duas faces, sob as quais convém estudá-lo – e é isso que Lázaro faz. (N.R.: Kardec trata do assunto em “O Livro dos Espíritos” e diz que os Espíritos repelem essa doutrina.)

(PP. 319 e 320)